



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

69  
m  
200

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0198847-4

AGRAVANTE: BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

AGRAVADO: RIVALDO SOARES DO NASCIMENTO

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

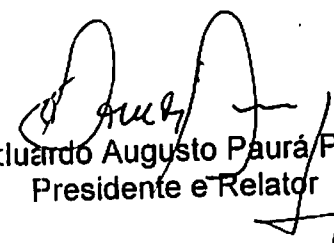
EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - BUSCA E APREENSÃO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - DEVOLUÇÃO IMEDIATA DO BEM AO SUPPLICADO/AGRAVADO - INCONFORMISMO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DESCABIMENTO. MORA NÃO CARACTERIZADA. NOTIFICAÇÃO NÃO ENTREGUE NO ENDEREÇO DO DEVEDOR. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO UNIFORMEMENTE.

caru  
5509

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 0198847-4, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso em foco, nos termos do voto do Des. Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante deste julgado (sessão realizada no dia 26/01/2010).

Recife, 28 de janeiro de 2010.

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

63  
07

201

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0198847-4

AGRAVANTE: BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO FINANCIAMENTO E  
INVESTIMENTO

AGRAVADO: RIVALDO SOARES DO NASCIMENTO

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

**RELATÓRIO**

Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de liminar, interposto por **BV FINANCEIRA S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO** em face da decisão interlocutória proferida nos autos da **AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO (ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA)** – processo nº 213.2009.00641-8 -, pela qual o MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, revogou a decisão liminar de busca e apreensão do veículo arrendado e determinou a intimação da instituição financeira para que procedesse com a imediata devolução do veículo, bem ainda que, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestasse sobre a peça contestatória.

Em suas razões, fls. 02/10, alegou a suplicante, em síntese, que a citação válida, como ocorreu no caso concreto, constitui em mora a parte devedora, convalidando, dessa forma, eventual defeito na entrega da notificação prévia extrajudicial.

Expôs a aparência do bom direito e o perigo da demora e pugnou pela concessão de liminar para o fim de ser atribuído efeito suspensivo ativo ao presente recurso no sentido de ser restaurada a medida liminar de busca e apreensão dantes deferida pelo juízo de origem, mantendo-se, em consequência, o veículo na posse da agravante, provendo o recurso em tela ao final.

Entendendo ausentes os requisitos autorizadores, a pretensão liminar  
foi indeferida.

66  
JH

202

Devidamente intimado, o agravado não apresentou contra-razões,  
consoante certidão de fl. 60. Instruiu o feito com a documentação de fls. 11/45.

**É o relatório.**

**Considerando tratar-se de agravo de instrumento a não ensejar  
revisão, inclua-se o feito em pauta.**

Recife, 11 de janeiro de 2010.

  
Des. Eduardo Augusto Moura Peres  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

70  
17 203

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0198847-4

AGRAVANTE: BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO FINANCIAMENTO E  
INVESTIMENTO

AGRAVADO: RIVALDO SOARES DO NASCIMENTO

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

**VOTO**

Srs. (a) Desembargadores (a)

Sr. (a) Procurador (a) da Justiça

Ao indeferir a pretensão autoral utilizei os seguintes argumentos:

"(...).

Em juízo de admissibilidade do recurso, verifico que o presente agravo é tempestivo, apresentando-se devidamente instruído, passando, deste modo a processá-lo nos termos da lei, analisando o pedido de liminar. <sup>NA</sup>

Em análise de cognição sumária, me parecem relevantes as razões expendidas pelo Recorrente, conquanto os requisitos legais pertinentes a concessão da liminar, a meu ver, <sup>NA</sup> acham-se presentes.

De fato, a teor do enunciado da Súmula 72 do Superior Tribunal de Justiça "A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente".

Necessário, também a prova de que a notificação foi, ao menos, entregue no endereço da parte devedora.

No caso sob apreciação, o douto magistrado constatou que a notificação "(...) não foi sequer entregue no endereço do réu, pois segundo informações dos correios (fls. 16) não foi encontrado o número indicado do imóvel". Entretanto, observa o em. Juiz que

71  
m 204

"(...) quando do cumprimento da liminar, o Oficial de Justiça localizou o endereço e lá procedeu com a busca e apreensão", conforme certidão ali acostada. Acrescentou, por fim, que não houve comprovação "de que o requerido tenha sido notificado por edital, ou seja, não se deu a notificação prévia de forma alguma".

Ante a não comprovação da notificação extrajudicial, achou por bem o douto magistrado revogar a medida liminar de busca e apreensão.

Decisão correta, porquanto "não basta a mora: é essencial a comunicação tal como estabelecida no art. 2º (RTJ 102/682, JTA 96/74), devendo a inicial ser obrigatoriamente instruída, sob pena de indeferimento, com a prova acima exigida"

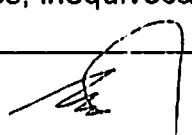
A citação válida, ao contrário do que assevera a recorrente, não serve como meio de constituir a parte devedora em mora.

A propósito:

"Ementa: CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. DECRETO-LEI 911/69, ART. 2º, § 2º E 3º. MORA. NOTIFICAÇÃO. EXPEDIÇÃO DA INTIMAÇÃO PELO CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. INDISPENSABILIDADE DA DEMONSTRAÇÃO DE RECEBIMENTO POR PARTE DO DEVEDOR. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO DO PROCESSO. PRECEDENTES DO TRIBUNAL E DA SUPREMA CORTE. RECURSO PROVIDO.

I - Nos termos do enunciado da Sum. 72/STJ, a comprovação da mora é requisito indispensável para a ação de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente. Tem-se por imprescindível, por outro lado, a prova de que a notificação expedida pelo Cartório de Títulos e Documentos tenha sido entregue ao devedor.

II - O escopo da lei (art. 2º, § 2º e 3º do DEL 911/69), ao exigir a comprovação documental da mora para o aforamento da ação de busca e apreensão, é essencialmente prevenir que o alienante venha a ser surpreendido com a subtração repentina dos bens dados em garantia sem, antes, inequivocamente cientificado, ter



72 205  
m  
oportunidade de, desejando, saldar a dívida". (Resp nº  
109278/RS. Rel. Mins. Sálvio de Figueiredo Teixeira. DJ.  
24/06/98). Precedentes: Resp 104740/DF.  
(...)"

Em suma: o sucesso no intento do recorrente depende de prova irrefutável da constituição em mora da parte devedora, ônus do qual não se desincumbiu o agravante.

Com tais considerações, nego provimento ao presente recurso, mantendo-se, em consequência, inalterada a decisão do juízo de origem.

É como voto.

Recife, 26 de janeiro de 2010.

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Relator